



**Yasmin dos Santos Dias**

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras):  
sua importância para a constituição da pessoa com surdez e para a Educação Inclusiva**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Yasmin dos Santos Dias**

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTITUIÇÃO DA  
PESSOA COM SURDEZ E PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo  
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito para  
aprovação no Curso Técnico em Análises  
Clínicas.**

**Orientadora:** Anakeila de Barros Stauffer

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Yasmin dos Santos Dias**

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSTITUIÇÃO DA  
PESSOA COM SURDEZ E PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo  
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito para  
aprovação no Curso Técnico em Análises  
Clínicas.**

**Orientadora:** Anakeila de Barros Stauffer

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

(Anakeila de Barros Stauffer – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

---

(Daniel Santos Souza – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)

---

(Karine Serpa Franco – Secretaria Municipal de Educação de Niterói)

*Dedico este trabalho à minha mãe e avó,  
Fernanda e Mônica, e aos meus irmãos e amigos,  
que me apoiaram e fizeram com que este trabalho  
fosse realizado.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de primeiramente agradecer ao meu Deus, por me proporcionar o fôlego da vida, me concedendo também a oportunidade de entrar na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV –, assim como por colocar boas pessoas em meu caminho, para que junto com Sua presença, tornasse esta jornada mais leve e menos árdua.

Agradeço à minha mãe, Fernanda dos Santos, por sempre me apoiar e me incentivar a fazer aquilo que eu gosto. Agradeço por lutar por mim e por meus irmãos, para que tivéssemos o melhor. Agradeço por dar o melhor de si como mãe, amiga e companheira, e por estar ao meu lado quando mais precisei, e mesmo quando achava que não precisava. Agradeço por ser um exemplo a ser seguido.

Agradeço à minha avó, Mônica Maria dos Santos, por ter feito de tudo para que um dia eu conquistasse algo. Agradeço por cada risada que tirou de mim, alegrando meu dia, mesmo em momentos inesperados. Agradeço por me ensinar o que é ser uma mulher guerreira e batalhadora. Agradeço pelas palavras de incentivo, pelo carinho e pelos abraços (*In memoriam*).

Agradeço aos meus irmãos, Carlos, Gabriela, Kauã e Gustavo, por me apoiarem nesta caminhada, com suas palavras, brincadeiras e abraços, e mais importante, por estarem ao meu lado, não me deixando sozinha. Agradeço também ao meu pai, Renato, que com palavras me encorajou a continuar buscando o melhor. Agradeço ao meu avô, tios e tias, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse aonde cheguei.

Agradeço ao meu companheiro, João Paulo, que não deixou faltar durante este processo, carinho, atenção e incentivos, mesmo em momentos de estresse. Agradeço por compreender minhas ausências enquanto me dedicava ao trabalho. Agradeço também à família Basílio, que me recebeu e acolheu de braços abertos, e em nenhum momento desacreditou de mim.

Agradeço aos meus senseis, Paulo Victor e Paulo, por me ensinarem a ter disciplina, concentração e foco. Agradeço por estarem presentes na minha vida, e terem se tornado essenciais durante todo o decorrer da minha vida.

Agradeço às minhas amigas Alexandra, Khawanny, Lwêna, Nathali e Sara, que através da escola conheci, e se mostraram cruciais para o meu crescimento e desenvolvimento dentro e fora do espaço escolar. Agradeço por terem feito com que esses momentos se tornassem mais leves, momentos que levarei com muito carinho. Gostaria também de agradecer aos demais

amigos e colegas, que não foram citados, que de forma direta ou indireta participaram desse processo ao meu lado.

Agradeço à minha orientadora, Anakeila de Barros Stauffer, primeiramente por me aceitar como orientanda. Agradeço por me fazer questionar mais sobre o meu tema, por me ajudar a desenvolver e crescer. Agradeço pelos momentos em que me acalmou, quando começava a ficar ansiosa. Agradeço por estar ao meu lado, pois sem você, não conseguiria chegar até onde chegamos.

Gostaria ainda de agradecer às professoras de PTCC, Fernanda, Tainah e Carla, pela dedicação e preocupação com o nosso crescimento e desenvolvimento da escrita. Também gostaria de agradecer à minha banca de qualificação, Fernanda Bottino e Karine Franco, que me ajudaram a pensar em questões a serem desenvolvidas, e com sugestões que enriqueceram o meu trabalho.

Agradeço à Fiocruz, principalmente à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV, pela oportunidade de realizar o presente trabalho. Agradeço por fazer parte de uma instituição onde somos incentivados a crescer e desenvolver.

*“Por isso, não fiquem preocupados com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã trará as suas próprias preocupações. Para cada dia bastam as suas próprias dificuldades.”*  
(Mateus 6.34, Bíblia Sagrada)

## RESUMO

A linguagem apresenta papel constitutivo no desenvolvimento do ser humano, sendo fruto de sua interrelação com a sociedade. É a partir da linguagem que o sujeito estabelece suas relações socioafetivas, se insere no mundo da cultura e se desenvolve cognitivamente (QUADROS, 2004). Neste sentido, a aquisição da Língua de Sinais por parte da pessoa Surda é de extrema relevância. Viabiliza, portanto, sua inclusão e integração na sociedade, contribuindo para a valorização e reconhecimento da cultura Surda. A presente pesquisa tem por objetivo debater a importância da Língua Brasileira de Sinais como questão fundamental para a constituição cultural e identitária da pessoa Surda e de seu processo de ensino-aprendizagem. Metodologicamente será desenvolvido um trabalho exploratório-descritivo de abordagem qualitativa, através do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental, de modo que a temática seja aprofundada. A dialética também se faz presente, já que só falamos sobre inclusão, porque vivemos em uma sociedade excludente. Esse estudo se propõe a contribuir para que a educação do Surdo se constitua de maneira cada vez mais inclusiva, propiciando o exercício de sua cidadania na sociedade em que se insere.

**Palavras-chave:** educação do Surdo; língua de sinais; inclusão educacional.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Libras - Língua Brasileira de Sinais

LP – Língua Portuguesa

LSF - Língua de Sinais Francesa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. BUSCANDO COMPREENDER COMO A PESSOA SURDA É VISTA PELA SOCIEDADE .....</b>	<b>14</b>
<b>3. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DA PESSOA SURDA .....</b>	<b>18</b>
<b>4. INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA SURDA: QUAIS CAMINHOS TRILHAR? .....</b>	<b>22</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A escolha do meu tema veio a partir de um questionamento que tive ao assistir a série “The Society” em que um dos personagens principais é Surdo. Esse personagem se comunica através da língua de sinais, porém apenas uma das personagens conseguia compreender e interpretar para ele o que os outros diziam. Isso me chamou a atenção e me fez questionar: por que os ouvintes não têm acesso à língua de sinais, tendo em vista que essa é uma língua usada para a comunicação com as pessoas Surdas?

Geralmente, apenas pessoas com histórico de surdez na família têm acesso à língua de sinais – quando esta é aceita pela família.

Sabemos que existe a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e cursos para sua aprendizagem. Esse fato me traz outro questionamento: por que não temos uma disciplina no currículo do ensino fundamental que nos ensine a Libras, assim como se ensina a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa, já que a Libras é uma língua oficial brasileira? Como vamos ser incluídos na cultura Surda, e incluí-los na nossa cultura, se nem ao menos conseguimos nos comunicar?

Essas indagações me levaram a querer realizar um trabalho que tivesse por objetivo analisar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como questão fundamental para a constituição da pessoa Surda e de seu processo de ensino-aprendizagem, destacando a Libras como um dos maiores meios de inclusão social do Surdo.

Para tanto, tracei como caminho me dedicar, num primeiro momento, a buscar compreender um pouco da história da surdez para me inserir nessa temática, assim como considerei relevante abordar também a importância da Libras na educação da pessoa Surda. A partir disso, quis entender qual o papel da Libras para a inclusão educacional da pessoa com surdez na escola regular.

A língua de sinais, perante a sociedade, é malvista ou invisibilizada. Muitas vezes se tem a visão equivocada de que o Surdo não desenvolve a fala por comodismo, pois de acordo com o senso comum, fazer uma "mímica" seria mais fácil. Porém, a Libras possui suas estruturas gramaticais, assim como qualquer outra língua. Desta forma, a Libras auxilia no desenvolvimento do Surdo, já que é através dela que se desenvolve afetivamente e cognitivamente. Sem ela, sua língua materna, o desenvolvimento humano da pessoa Surda fica comprometido e, por isso, a

Libras é tão primordial quando se fala sobre a educação e o desenvolvimento do Surdo. Devido à sua importância para a constituição humana, ela é considerada como a melhor forma de incluir o Surdo dentro de instituições de ensino e na sociedade. Os ouvintes, em sua maioria, não se importam com as pessoas Surdas e em como a educação deles pode ser precária, por isso a exclusão educacional ainda se faz presente.

Se a sociedade, principalmente as autoridades públicas voltadas à Educação, não fazem nada a respeito da inclusão, sempre haverá segregação, seja de raça, gênero, sexualidade, identidade, por questões linguísticas ou de classes sociais. Por isso é necessário que a sociedade entenda a importância que a inclusão tem, assim como se preocupar com as questões que envolvem os grupos excluídos, considerados grupos minoritários – apesar de serem a maior parte da população. Daí vem a importância de termos uma sociedade que entenda a diferença do outro, não o tratando como deficiente, e com desprezo, mas o respeitando em sua singularidade e dignidade.

Do ponto de vista da metodologia desenvolvida, este projeto baseou-se na abordagem metodológica qualitativa, realizando como estratégia de pesquisa o levantamento bibliográfico e a revisão de literatura, no período de agosto de 2021 a março de 2022.

A metodologia teve caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa, pois, de acordo com Lima e Mioto (2007), o objeto de estudo é histórico, possui consciência histórica, isso significa dizer que o sentido que lhe é atribuído não depende apenas do pesquisador, mas sim da relação que a sociedade tem com o objeto de pesquisa. Assim, o objeto de estudo está encharcado por interesses e visões de mundo construídas historicamente, compartilhando uma identidade com o sujeito. Enquanto pesquisadora desse objeto, não posso me pautar por uma pretensa neutralidade e, assim, todo o processo de pesquisa, a coleta e tratamento dos dados adquirem importância.

O método dialético dá base a esta pesquisa, tendo em vista que só falamos sobre inclusão porque vivemos em uma sociedade que constantemente exclui. Segundo Lima e Mioto (2007, p. 39), o método dialético pode *“levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘dever’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários”*.

A fim de obter respostas, para as perguntas que deram início ao objeto de estudo, foi necessário desenvolver e utilizar algumas técnicas que me possibilitaram realizar a coleta e

compreensão de informações, um passo extremamente necessário, de acordo com Lima e Miotto (2007).

Segundo Salvador (1986 apud LIMA; MIOTTO, 2007) quando se tem uma pesquisa com caráter exploratório-descritivo é de suma importância passar por um procedimento metodológico, que se refere à

investigação das soluções – fase comprometida com a coleta da documentação, envolvendo dois momentos distintos e sucessivos: levantamento da bibliografia e levantamento das informações contidas na bibliografia. É o estudo dos dados e/ou das informações presentes no material bibliográfico (p. 40)

As buscas foram realizadas também nas bases de dados SciELO, BDTD e em outras fontes de informação como o Google acadêmico, a fim de consultar artigos, livros e trabalhos, obtidos a partir dos seguintes descritores: educação do surdo; inclusão educacional; língua de sinais e cultura Surda.

## **2. BUSCANDO COMPREENDER COMO A PESSOA SURDA É VISTA PELA SOCIEDADE**

O presente capítulo tem por objetivo delinear a história da surdez em nossa sociedade, a fim de nos dar embasamento para compreender como se desenvolveu as concepções sobre o processo educativo destinado a essas pessoas. Nesse processo, buscamos informações sobre as distintas abordagens educacionais que ao longo da história foram destinadas à Educação dos Surdos – Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

Para nos aproximarmos do processo histórico, nos embasaremos em Karin Strobel (2009), que explicita que, por muito tempo, as pessoas Surdas foram vistas como doentes e que não poderiam de forma alguma contribuir para a sociedade. No fim da Idade Antiga, os romanos achavam que a surdez era algum tipo de castigo divino por algum pecado cometido. Então, ainda quando crianças, elas eram abandonadas ou mortas por seus próprios pais. De acordo com a referida autora,

O filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, conseqüentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar. (STROBEL, 2009, p.18)

Na Idade Média existiam leis que proibiam pessoas Surdas de votar, receber heranças, ou de ter qualquer direito. Para os religiosos, os Surdos não podiam estar em comunhão, pois não eram capazes de pedir perdão ou confessar seus pecados (STROBEL, 2009).

Foi o médico Girolamo Cardano (1501-1576), durante a Idade Moderna, quem afirmou que a surdez e a mudez não eram impedimentos para que o Surdo desenvolvesse a aprendizagem. Ainda durante a Idade Moderna, e o decorrer da Idade Contemporânea, começaram a ser criadas escolas para pessoas Surdas, fazendo uso do alfabeto manual, da escrita e da oralização, dando maior visibilidade para a escrita e a oralização. Com isso, os Surdos que falassem teriam direito de receber heranças (STROBEL, 2009).

Em 1857, no Rio de Janeiro, foi fundada a primeira escola para Surdos chamada “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nesta escola foi criada a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que se formou a partir de

uma mistura entre a Língua de Sinais Francesa (LSF) e os sistemas já usados pelos Surdos nas regiões do Brasil (STROBEL, 2009).

O Congresso de Milão (1880) teve um grande impacto negativo para a comunidade Surda, pois, neste evento foi proibido o uso da língua de sinais na educação do Surdo, priorizando a fala (NÓBREGA, J. D. et al, 2012). Também defendiam o uso do oralismo puro para ensinar às crianças Surdas. A maior parte dos organizadores, patrocinadores e especialistas eram ouvintes, ou seja, eles acreditavam que os Surdos eram preguiçosos, e por isso não falavam. Ao proibirem o uso da língua de sinais, prejudicaram muito a educação das pessoas com surdez, e muitos acabavam saindo da escola com pouca qualificação e habilidade social limitada (STROBEL, 2009).

Os ouvintes não viam a língua de sinais como algo que contribuía para que as pessoas com surdez construíssem o pensamento e sua visão de mundo, mas sim, como um impedimento para que não aprendam a falar. Desta forma, o Surdo passava por um processo intenso de treinamento, para que desenvolvesse a fala e a leitura labial, ou seja, a oralização. Agressões físicas podiam ser usadas como punição para os surdos que fizessem uso da Língua de Sinais para a comunicação (NÓBREGA, J. D. et al, 2012).

Essa vertente denominou-se como Oralismo e se constitui em uma metodologia educacional em que o uso da língua oral, ou seja, o uso da voz e leitura labial, são priorizados, não somente durante o percurso educacional escolar, mas também da vida social desses alunos Surdos (Damázio, 2007). De acordo com Damázio (2007), o Oralismo proporciona diferentes resultados negativos, dentre eles, temos, de uma maneira muito significativa, a não aceitação da Língua de Sinais e a discriminação da cultura Surda, negando a diferença que existe entre o ouvinte e o Surdo.

O fato é que a história cultural do povo Surdo era ignorada e, dessa forma, contada principalmente pelos ouvintes. Eram elogiados os professores ouvintes pela iniciativa de trabalhar com as pessoas com surdez, desconsiderando as associações dos Surdos, a comunidade Surda e os professores Surdos (STROBEL, 2009).

Uma segunda concepção educacional se pautou na Comunicação Total, que busca a efetivação da comunicação por qualquer meio, desde que isso torne a comunicação com o outro algo possível – seja esta realizada através de linguagem visual ou gestual, ou feita por meio da sinalização, fala ou leitura labial. Assim como o Oralismo, a Comunicação Total não possibilita

um resultado eficiente, ou seja, a Comunicação Total não só marginaliza e segrega os alunos Surdos, mas também menospreza a importância da constituição de uma língua que, no caso das pessoas Surdas, é a Língua de Sinais (DAMÁZIO, 2007).

A terceira concepção está relacionada com o uso da língua de sinais – que no caso Brasil é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) – e da Língua Portuguesa (LP), compreendendo-as como duas línguas que possuem especificidades distintas, com suas estruturas linguísticas e que os Surdos têm o direito em adquiri-las, oferecendo o devido respeito pelas estruturas linguísticas da Língua de Sinais. É importante ressaltar que a Libras é a língua materna do indivíduo Surdo, e não a Língua Portuguesa, isso significa dizer que a Língua Portuguesa é ensinada/aprendida, e é considerada a segunda língua. Pensando nisso, é possível entender que o indivíduo Surdo vai aprender a Língua Portuguesa a partir da sua língua materna, assim como quando o ouvinte, falante de LP vai aprender uma nova língua. Como toda segunda língua, pode haver uma certa defasagem no desenvolvimento da aprendizagem, visto essa não ser a língua materna do indivíduo. Essa concepção é nomeada Bilinguismo e, de acordo com Damázio (2007), é aquela que mais respeita as especificidades da pessoa Surda e que melhor responde aos processos de sua inclusão na sociedade.

É importante ressaltar que muitas pessoas confundem Bilinguismo, que é o uso das duas línguas no processo educacional do Surdo (tendo a Libras como Língua 1 e a Língua Portuguesa como Língua 2), com bimodalismo – este possui uma técnica em que a pessoa fala ao mesmo que tempo que sinaliza, emaranhando a estrutura e a compreensão, tanto da LP quanto de Libras.

Segundo Santana e Bergamo (2005), a sociedade se utiliza de padrões que caracterizam pessoas como normais ou anormais. Mediante a isso, para uma pessoa ser definida como normal é necessário ter língua, o que significa dizer que a anormalidade é fruto da ausência de língua, e suas representatividades, como por exemplo, a comunicação, o pensamento, o aprendizado etc. Quando a língua de sinais se configura como língua do Surdo, ela oferece a possibilidade de uma legitimação do Surdo, como um sujeito de linguagem. Contudo, Labourit (1994 apud SANTANA; BERGAMO, 2005) destaca que é comum a pessoa com surdez se esforçar para interagir com o ouvinte, mas este, por sua vez, não se esforça. Isso ocorre por conta da distinção entre as línguas que o surdo e o ouvinte utilizam.

Compreendemos que através da aquisição da Língua de Sinais, a surdez deixa de ser compreendida como uma anormalidade para ser compreendida como diferença (SANTANA;

BERGAMO, 2005). No entanto, se faz necessário que os ouvintes aceitem que os Surdos são pessoas que se constituem a partir da Língua de Sinais, efetivando uma diferença e não uma deficiência.

É a partir dessa concepção de ter a Língua de Sinais Brasileira como a língua materna de uma pessoa Surda e ter o Bilinguismo como um direito à Educação que nos encaminhamos para o segundo capítulo deste trabalho, pois compreendemos que não há deficiência nessa pessoa, mas uma forma diferenciada de estruturar seu pensamento e sua língua.

### 3. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DA PESSOA SURDA

O presente capítulo tem por objetivo entender o papel da Libras para o desenvolvimento da pessoa com Surdez e, para tanto, nos embasamos em Silva (2005), Nóbrega et al (2012), Dizeu e Caporali (2005), Cromack (2004) e Fernandes e Correia (2015).

Como pontuamos anteriormente, ideologicamente, a sociedade tende a se dirigir ao Surdo de duas formas distintas, seja surdo ou Surdo, respectivamente, considerado como deficiente ou diferente. Essa definição é feita de acordo com a concepção ideal de homem, ou seja, aqueles seres humanos que são ouvintes (SILVA, 2005). Quando consideramos uma pessoa Surda como deficiente, estamos nos pautando na concepção orgânica do déficit, da deficiência. Quando compreendemos que a Surdez não é deficiência, mas uma diferença, a entendemos como algo constitutivo de uma identidade e, assim, não é algo a ser menosprezado ou normalizado socialmente<sup>1</sup>. Portanto, ser Surdo pode se caracterizar a partir da experiência visual que este tem para acessar o mundo, estabelecendo seu modo de vida e identidade Surda (NÓBREGA, et al, 2012). Para Cromack (2004), o que difere a linguagem do ouvinte, da linguagem do Surdo, é que o ouvinte tem sua linguagem fundamentada em sons, letras e palavras, já o Surdo tem a linguagem em sinais visuais, a partir de imagens e gestos.

Segundo Nóbrega (2012, p. 674), a *“identidade, cultura e a língua de sinais constituem, no olhar desses surdos, uma unidade definidora da surdez; ser surdo passa a ser uma questão antes de identidade do que biológica”*. Sabendo disso, fica claro que a surdez não se define pela ausência da audição, ou seja, uma deficiência. Mas sim como parte cultural, uma especificidade linguística. Isso quer dizer que o sujeito é conceituado como Surdo por partilhar vivências em comum com a comunidade Surda, sendo elas visuais e através da Língua de Sinais.

É importante ressaltar que a aceitação da Língua de Sinais como língua materna precisa ocorrer inicialmente dentro de casa, visto que a família é o primeiro grupo social em que estamos inseridos/as desde a infância. Sendo assim, para a sociedade se tornar inclusiva, é essencial que a família seja orientada a dar o primeiro passo, instruindo a criança a lidar com as diferenças

---

<sup>1</sup> Assim, se entendemos surdez como deficiência, grafaremos com “s” (minúsculo). Se a compreendemos como uma questão de diferença e identidade, grafaremos com “S” (maiúsculo). Em nosso trabalho, optamos pela concepção da diferença.

constituintes da sociedade humana que faz parte dos “...valores éticos, hábitos e ideias sobre as atitudes do homem dentro da sociedade” (SILVA; SILVA, 2021, p. 179).

A família também precisa estar disposta a aprender essa nova língua, posto que a língua materna da pessoa com surdez é a Língua de Sinais, uma língua gestual-visual que se difere da Língua Portuguesa, que é oral-auditiva.

Crianças ouvintes de pais ouvintes possuem uma melhor experiência, para que sua língua e linguagem sejam desenvolvidas, assim como com as crianças Surdas, que possuem pais Surdos. O que se deseja explicitar é que a convivência e o contato com a língua de sinais desde a fase inicial da constituição da linguagem possibilitam que a criança Surda adquira a sua língua materna de forma natural, sem que haja a necessidade de uma aprendizagem tardia – o que pode lhe gerar um déficit na aquisição da linguagem e no desenvolvimento de seu pensamento. Esta aprendizagem também contribui para a constituição de uma identidade que não se paute na ausência de uma língua oral, mas na positividade da língua de sinais como sua língua primeira.

De acordo com Dizeu e Caporali (2005), quando um profissional dá o diagnóstico aos pais, que uma criança é Surda, normalmente não se dão instruções sobre as diversas propostas de trabalho fonoaudiológico, e principalmente, não falam “sobre a importância da LIBRAS para o seu processo educacional, social, cultural, como também suas concepções e consequências para o desenvolvimento geral do surdo” (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 588). As autoras ainda afirmam que a maior angústia dos pais ouvintes, com relação aos seus filhos Surdos, é a defasagem que existe entre a comunicação. Dizeu e Caporali (2005) declaram que se fossem feitas orientações adequadas sobre a importância da Libras para o desenvolvimento da criança, e sobre as diversas possibilidades que essa língua oferece para a criança se comunicar com os pais de forma apropriada, certamente as crianças e seus pais não teriam que passar por transtornos. Entretanto, existem familiares que não aceitam a surdez da criança, auxiliando para a não aquisição da sua língua, o que acarreta problemas emocionais, por conta da não identificação com a língua oral, na qual este é forçado a aprender. Por não ter constituído sua língua própria, esta pessoa surda acaba não tendo a oportunidade de se comunicar com o mundo, tornando-se adultos com grande defasagem na questão linguística (DIZEU; CAPORALI. 2005).

Dizeu e Caporali (2005) destacam a diferença entre a língua e a linguagem. A língua é tida como uma parte essencial da linguagem, a língua tem como finalidade proporcionar a comunicação, ela é organizada a partir de elementos visuais ou sonoros. Já a linguagem não se

restringe apenas a uma forma de comunicação, porém é a partir dela que os seres humanos possuem a capacidade de se desenvolver e compreender a língua. As autoras ainda afirmam que *“a linguagem está sempre presente no sujeito, até quando este não está se comunicando com outras pessoas; assim ela constitui o sujeito, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio”* (DIZEU E CAPORALI, 2005, p. 586)

O que queremos demonstrar, embasada nas autoras anteriormente citadas, é que com a aprendizagem de uma língua, o ser humano consegue atribuir significado ao mundo, possibilitando sua compreensão, a partir de experiências e concepções próprias.

Dessa forma, a criança surda necessita de uma língua que possibilite a ela a integração ao seu meio, no qual ela seja capaz de compreender o que está ao seu redor, significar suas experiências, em vez de uma língua que a torne um ser apto para reproduzir um número restrito de palavras e frases feitas, que para ela não terão nenhum significado comunicativo, restringindo sua potencialidade para construir e utilizar a linguagem no processo dialógico. (DIZEU; CAPORALI, 2005, p. 590)

De acordo com Silva (2005), a linguagem está baseada na relação com indivíduos distintos, sendo, portanto, necessário que haja um diálogo entre os indivíduos. Isso não será distinto entre as pessoas Surdas, pois estas, para constituírem linguagem, também precisam trocar experiências, tanto com outros Surdos, como com ouvintes. É a partir dessas trocas que ocorrem as construções de significados, e este processo não ocorre apenas através do ensino educacional. É através da linguagem que nos compreendemos como seres humanos, visto que essa é a forma como se expressam os pensamentos e possibilita a constituição das funções psicológicas superiores (CROMACK, 2004).

Fernandes e Correia (2015) afirmam que a partir da aquisição da língua, o ser humano é capaz de alterar sua visão sobre o mundo, além de se deparar com novas maneiras de pensar. Por isso a importância de proporcionar ao Surdo o contato com a Língua de Sinais o mais cedo possível, para que assim ocorra o processo de evolução natural de sua língua materna.

É, portanto, crucial a convivência do indivíduo Surdo com a comunidade Surda, a fim de constituir sua identidade de pessoa Surda que não pode ocorrer sem a aquisição de uma língua. Tendo contato com outros Surdos e podendo construir sua língua, as experiências compartilhadas não serão limitadas à incapacidade de ouvir, o que possibilita a representação social do Surdo como um ser que possui capacidades e produz cultura. Isso permite que o Surdo se identifique e se sinta pertencente ao mundo, auxiliando na formação da identidade Surda (NÓBREGA, et al, 2012; CROMACK, 2004).

A ideia de haver uma política de integração, ou seja, a inserção do indivíduo Surdo sem um preparo antecipado, em um ambiente predominantemente ouvinte, é vista por Cromack (2004) como prejudicial, uma vez que este sujeito passa a vivenciar diferentes situações em que ele é sempre o fracassado. Isso ocorre porque as políticas e as práticas societárias não dão valor à diferença, e isso faz com que o ouvinte seja o ideal desejado e o Surdo considerado um incapaz. Nessa perspectiva, a pessoa Surda será sempre inferior, quando comparada ao ouvinte.

Ao pensar a Educação da pessoa Surda, valeria nos indagarmos:

Os surdos são ou foram, de fato, consultados no(s) momento(s) da elaboração de leis que ditam o caminho da educação do surdo no Brasil? A comunidade surda é normalmente consultada quando as secretarias municipais e estaduais elaboram seus currículos? Aqueles que organizam políticas públicas sabem, de fato, o que querem e o que precisa um surdo no que diz respeito a fatores educacionais? Há alguma verdade absoluta neste campo? (...) ... quantas vezes, os surdos foram "ouvidos" nestas e em outras questões que envolvem a educação do surdo no Brasil? (SILVA, 2005, p. 39 e 40)

Tais questionamentos nos levarão ao capítulo seguinte, em que buscaremos distinguir os paradigmas de inclusão e de integração e debater a inclusão educacional da pessoa Surda.

#### 4. INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA SURDA: QUAIS CAMINHOS TRILHAR?

O presente capítulo objetiva entender o papel que a Libras tem para a inclusão, destacando-se que o uso da Língua de Sinais é a melhor ferramenta que contribui para a inclusão educacional e social de pessoas Surdas. Para tanto, buscamos delinear o conceito de inclusão embasada em Mantoan (2003), Cromack (2004), Damázio (2007), Silva et al (2014), demonstrando-se que há concepções diferenciadas sobre como se opera a inclusão educacional de pessoas Surdas.

Desde final da década de 1980, com a redemocratização do país, a discussão do acesso e permanência na escola já estava demarcada em nossa Constituição Federal (1988). No art. 206 inciso I e art. 208 inciso V, afirma-se que a igualdade ao acesso e permanência na escola é um dos princípios para o ensino, além de ser dever do Estado a garantia de uma educação efetiva, de acordo com as capacidades de cada um. É relevante apontar que a Constituição não caracteriza qual o indivíduo que tem o direito à educação, isso permite que ninguém seja excluído, independentemente de suas especificidades, diferenças e identidades.

De fato, a inclusão das pessoas com surdez nas escolas regulares tem maior peso a partir da década de 1990. Em 1994, na Espanha, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que preconiza a inclusão de todo e qualquer criança nas instituições educacionais, assim como o direito de ter um acompanhante especializado. Esse documento afirma que:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1)

A partir deste documento, insere-se a discussão sobre inclusão não só no campo educacional, mas em toda a sociedade. Uma das estudiosas dessa questão, Mantoan (2003), descreve a diferença entre a integração e a inclusão, reforçando a semelhança entre seus significados, mas destacando que a forma como os alunos são inseridos no ambiente escolar comum é diferente. É importante ressaltar que os estudantes referidos são aqueles com algum tipo de deficiência, necessidades “especiais”<sup>2</sup> ou alunos excluídos socialmente por não se adequarem

---

<sup>2</sup> Necessidades especiais era a nomenclatura utilizada à época que tem sido substituída por não permitir uma referência apenas às pessoas com algum tipo de deficiência.

ao estereótipo de aluno ideal – ou seja, aquele que não possui alguma dificuldade na aprendizagem, o dito “normal”.

O paradigma existente antes dessa discussão sobre inclusão era denominado de Integração que entendia que a inserção dos alunos nas escolas regulares poderia ocorrer se este estudante demonstrasse capacidade para tanto. Era entendido como uma inserção parcial, pois apesar de o aluno poder estar em uma sala de aula comum, ele ainda teria necessidade de ter um ensino complementar, para suprir suas necessidades e dificuldades, com reforços escolares, ensino especializado, seja dentro ou fora da escola.

No paradigma de inclusão deveria se agir de forma totalmente diferente, pois para pensar em inclusão, é preciso pensar em políticas públicas e reorganizações das instituições educacionais. A inclusão objetiva não excluir nenhum aluno, seja ele com ou sem deficiência, já que sua organização é pensada de modo que as necessidades de todos os alunos sejam consideradas. Mantoan (2003) afirma que a inclusão escolar deve ser feita de forma radical, o que acarretaria, *“a abolição completa dos serviços segregados da educação especial, dos programas de reforço escolar, das salas de aceleração, das turmas especiais etc”* (Mantoan, 2003, p. 16).

Para a autora, a reorganização escolar é necessária, visto que, a divisão dos alunos em normais e deficientes promove dois tipos de ensino - o ensino regular e especial. De acordo com Mantoan (2003), a escola só está preparada para fazer o que é fácil, seja recebendo bem, os alunos que aprendem facilmente, ou encaminhando para classes ou escolas especiais ou especializadas, os alunos que sendo ou não deficientes, têm maiores dificuldades para aprender ou desenvolver. Com isso, as escolas colocam a responsabilidade de não aprendizagem e desenvolvimento nos alunos, tirando sua responsabilidade, de modo que não reconheçam suas limitações profissionais na educação.

Mantoan (2003) distingue a diferença e a identidade de maneira sucinta. A identidade pode ser resumida em “quem eu sou?” e a diferença em “o que o outro é?”. Reconhecer as diferenças é o primeiro passo para a inclusão. A autora ainda afirma que é importante “que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (Mantoan, 2003, p. 21).

A grande questão da inclusão é “como fazer?”. A inclusão não deve ser feita de qualquer maneira, sendo assim, Mantoan (2003) descreve quatro instruções cruciais, para o desenvolvimento de uma escola inclusiva. Primeiro, pensar em uma metodologia educacional que

inclua o ensino e desenvolvimento de todos. Segundo, deve-se reorganizar a escola de forma pedagógica, ou seja, possibilitando a manifestação intelectual, social e afetiva dos alunos, professores, administradores e funcionários. Terceiro, certificar que os alunos tenham, principalmente, tempo e liberdade, para aprender, de modo que não haja segregação. Por último, garantir que o professor tenha condições e estímulos para ensinar toda a turma, sem excluir nenhum aluno e sem que tenha exceções, por qualquer que seja o motivo. Mantoan (2003) também coloca que a forma como os conteúdos curriculares e as avaliações serão feitas dependerá dos limites de cada aluno, baseando-se nas políticas pedagógicas da escola.

Contudo, no debate educacional referente à inclusão da pessoa com surdez há divergências em relação a como se deve encaminhar a inclusão de pessoas Surdas nas escolas regulares, devido à especificidade da língua.

Em 2002, a Lei nº 10.436, de 24 de abril, definiu Libras como “*sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas Surdas do Brasil*” e a reconheceu como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2002).

Em 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.626, no capítulo 1, art. 2, considera o indivíduo Surdo aquele que “*compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras*”. A Lei de Diretrizes e Bases nº9394/96, acrescida do capítulo V-A, incluído pela Lei 14.191/2021 - Da Educação Bilingue de Surdos, artigos 60-A e 60-B, altera o 3º artigo, no seu XVI capítulo, em que afirma que a educação deve ter como base o “*respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva*”.

Apesar de termos leis que garantam o uso da Libras no cotidiano escolar, a forma como instituir uma pedagogia da inclusão para pessoas Surdas apresentam visões diferenciadas.

Cromack (2004) também realiza a diferenciação de integração e inclusão, definindo integração como a inserção dos alunos Surdos em determinado espaço sem se considerar as suas especificidades e sua diferença linguística. Sem esse respeito, não há a intencionalidade de efetivar a troca entre Surdos e ouvintes e, conseqüentemente, uma potencialização do processo pedagógico para todos. Com essa perspectiva, a autora afirma que a integração “*não proporciona melhor desenvolvimento educacional e emocional ao sujeito surdo*” (Cromack, 2004, p. 74).

A concepção técnico-política-profissional, ancorada na perspectiva do déficit, afirma que a surdez é uma deficiência auditiva, conferindo às tecnologias uma estratégia para adaptá-lo e normalizá-lo à sociedade ouvinte. Por outra via, o surdo percebe a surdez enquanto identidade, lutando por reconhecimento, e não por adaptação. (NÓBREGA, et al, 2012, p. 676)

Para que haja um desenvolvimento educacional e cognitivo-social da criança Surda, se faz necessário, como dito anteriormente, não o uso da língua oral sinalizada, mas sim o uso da Língua de Sinais. É desta maneira que o Bilinguismo se faz indispensável, pois a língua de sinais pode conviver no mesmo espaço que a língua oral. Entretanto, vale destacar que apesar da convivência, a constituição destas não dependem uma da outra.

Damázio (2007) afirma que a inclusão de alunos Surdos precisa ocorrer desde a educação infantil até o nível superior, desta forma, a viabilização e a valorização da diferença proporcionam uma verdadeira inclusão. Para que isso seja feito da maneira mais justa, é necessário que a escola comum elabore estratégias, que envolva tanto os alunos ouvintes, como os Surdos, pois *“os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos”* (Damázio, 2007, p. 14).

Diante dessa visão, Damázio (2007) descreve uma proposta de inclusão para os alunos Surdos que estudam em escolas regulares. A proposta tem por objetivo efetivar o Atendimento Educacional Especializado (AEE<sup>3</sup>), em horário oposto à escolarização, possibilitando o ensino de Libras e de Língua Portuguesa para que tanto as capacidades linguísticas, quanto às capacidades representativas sejam desenvolvidas de maneira significativa. No caso do AEE para os Surdos, este é dividido em: AEE em Libras, onde os conteúdos curriculares são explicados com o uso da Libras, visando o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, de acordo com a fase de desenvolvimento do aluno; AEE para ensino de Libras, momento dedicado para o ensino da Libras para aqueles que não tiveram acesso anteriormente à entrada na escola; AEE para o ensino da Língua Portuguesa, dedicado para trabalhar as especificidades da Língua Portuguesa, também de acordo com o conhecimento que o aluno tem sobre a língua.

Silva (2005), ao se referir à educação do Surdo e seu cotidiano escolar, ressalta que após a conclusão do ensino básico, ainda há muitos Surdos que não possuem a capacidade de,

---

<sup>3</sup> O Atendimento Educacional Especializado realiza, na maioria dos casos, um trabalho pedagógico específico, voltado às potencialidades do educando, visando seu desenvolvimento educacional e pessoal, tendo um trabalho semelhante a uma sala de recursos.

fluentemente, ler e escrever, se comparado com outras crianças do mesmo nível de escolarização. A participação de pessoas Surdas no processo educacional, sendo sujeitos de seu próprio processo educacional, buscando uma construção coletiva junto a educadores/as ainda é algo raro - o que dificulta ainda mais o processo de inclusão educacional de crianças Surdas.

Como indagamos anteriormente, é necessário ouvir as pessoas com surdez sobre seu processo de escolarização. Assim, buscamos em Silva et al (2014) dados sobre sua pesquisa em que seis alunos Surdos são entrevistados e estes destacaram quais os principais pontos positivos e negativos nas estratégias pedagógicas adotadas pelos educadores de uma instituição de ensino regular. A pesquisa apontou que os principais pontos positivos para o ensino de alunos Surdos, no ensino médio, de escolas regulares são: a repetição de conteúdos, assim como o uso de imagens e figuras, para o auxílio da compreensão. Para o indivíduo Surdo, sua língua se dá pela visualização, por isso, o uso de imagens, figuras e desenhos é tão significativo. A presença de intérpretes<sup>4</sup> é muito importante, pois quando há dúvidas, o aluno recorre ao intérprete para que este o auxilie na explicação. Superar as metodologias tradicionais, ou seja, a escrita e a oralidade, é muito valioso durante o percurso da educação do Surdo.

Silva et al (2014) explica, ainda, que o alto índice de desistência ou fracassos escolares de alunos Surdos ocorre pelo fato de que as instituições escolares não aceitam ou não respeitam que esses alunos aprendam e se desenvolvam a partir de uma comunicação gestual/visual, ou seja, a Língua de Sinais, e não uma comunicação auditiva/oral. Ter o reconhecimento que a Língua de Sinais é a primeira língua do aluno Surdo proporciona muita diferença para a forma como a escola vai incluir este aluno no ambiente escolar.

A pesquisa indica que a principal estratégia pedagógica negativa é o uso do oralismo como metodologia predominante. Os alunos entrevistados destacam que seus professores pouco escreviam e muito falavam, e que não era fácil acompanhar, principalmente na ausência do intérprete. Pensando na metodologia oral/auditiva usada pelos professores, é importante reafirmar, que seus objetivos eram contemplar o aluno ouvinte, e não todos os alunos, já que os alunos Surdos eram deixados de lado.

---

<sup>4</sup> Somente em 2020, há a regulamentação da profissão do intérprete, a partir da Lei 12.319. Nos incisos I e II é colocado que as principais funções do intérprete são “*efetuar comunicação entre surdos e ouvintes...*” e “*interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares*” (BRASIL, 2010).

A surdez não deve ser vista como um obstáculo para obtenção de conhecimento, como muitas pessoas veem. O obstáculo real para essa aquisição é a forma como o indivíduo Surdo tem suas particularidades linguísticas desrespeitadas. Silva et al (2014) ressalta que o indivíduo Surdo se sente impotente, quando “*a língua não está disponível na sala de aula*” (Silva et al, 2014, p.270).

Os alunos que participaram da pesquisa de Silva et al (2014) discorrem sobre a importância de se ter profissionais (sem ser os intérpretes) que conheçam a Libras, para que assim a aprendizagem e suas relações com as pessoas, dentro do ambiente escolar, sejam mais favoráveis. A sala de recursos, também conhecida como uma forma de atendimento educacional especializado (AEE), é vista, pelos alunos entrevistados, de forma positiva e negativa. Positivamente, ela auxilia no entendimento das matérias do ensino regular, espaço em que, muitas vezes, os alunos ficam com dúvidas por não conseguirem acompanhar os conhecimentos trabalhados. Contudo, quando o intérprete não consegue repassar completamente algo que o professor disse, os alunos Surdos sentem que os ouvintes possuem toda a explicação, enquanto eles possuem apenas uma explicação parcial, ou seja, um resumo do que foi dito. Em contrapartida, a sala de recursos também possui pontos negativos, como quando o professor do ensino regular tira sua responsabilidade de ensinar o aluno Surdo, já que este tem uma sala de recursos e eles podem resolver esse “problema” do não entendimento com o professor especialista na Educação Especial.

De acordo com Lacerda (2002), apenas a presença do intérprete pode não ser o suficiente para a educação do Surdo. O papel do intérprete na sala de aula é passar o que o educador está falando para a Língua de Sinais, fazendo assim com que o aluno possa compreender seu educador. Mas, muitas vezes, o intérprete tem que atuar como educador, já que a metodologia do educador não é inclusiva, e não atende a todos/as.

Como o aluno com Surdez, frequentemente, é o único Surdo na escola regular, ele acaba se distanciando dos demais alunos, por suas línguas não serem as mesmas. Com isso, este educando com Surdez acaba convivendo mais com o intérprete, já que este é o único que o compreende. Isso pode fazer com que outras crianças se afastem, posto que o estudante com Surdez está sempre acompanhado de um adulto. Esse fato pode fazer com que este discente se sinta excluído e acabe pedindo aos seus pais para sair daquela escola. Este também pode ser um

dos motivos pelo qual os alunos com surdez não permanecem em escolas regulares, já que essas escolas não atendem às suas necessidades específicas (LACERDA, 2002).

Desta forma, ao pensar a inclusão do ponto de vista educacional, é necessário que a escola passe por mudanças, visto que a inclusão nessa perspectiva não está baseada simplesmente em transferir alunos de uma escola especializada, para uma escola regular. A inclusão se baseia em toda uma reorganização escolar, que não priorize mais uns alunos do que outros, mas que atenda a todos de acordo com sua necessidade educativa. É importante destacar que para ter um sistema educacional inclusivo, que de fato funcione, é necessário reconhecer a diferença entre cada aluno, e de tal modo respeitá-las (SILVA; SILVA, 2021). Vale salientar que caso as instituições escolares não passem por uma reorganização, o risco de ter segregação entre os alunos será maior. Passar por essa reorganização não é fácil, pois além da mudança didático-pedagógica, também seria necessária uma transformação no ambiente escolar, para que realmente atenda a todo e qualquer aluno/a (SILVA; SILVA, 2021, p. 184).

Segundo Silva (2021), para dar início à educação inclusiva seria relevante realizar o trabalho constante de conscientização coletiva que deixe claro que cada aluno possui forma e ritmo diferentes de aprendizado. Ou seja, é importante que o educador entenda e não exija que todos os alunos aprendam da mesma forma, daí a pertinência de existir uma didática pedagógica inclusiva.

Além disso, é importante que os demais alunos também entendam que cada um possui um tempo e formas de aprender diferenciados. Alguns alunos, por aprenderem mais rápido, desvalorizam o conhecimento e a possibilidade de desenvolvimento do outro, podendo gerar exclusão e até bullying. Vale ressaltar que ter diferentes formas de avaliação é algo muito significativo, pois se a forma como aprendem e se desenvolvem são diferentes, por que a forma de avaliação deve ser única?

É possível perceber que implementar uma educação inclusiva não é fácil, e que não se pode fazer isso de um dia para o outro. Para que esse projeto de fato dê certo, é necessário que haja vontade política, além de planejamentos e estratégias, de forma que seja possível uma cooperação entre professores do ensino regular e do ensino especializado (SILVA; SILVA, 2021).

## 5. CONCLUSÃO

Pensar em uma educação inclusiva significa dar importância à diversidade, além de admitir que todas as pessoas são cheias de possibilidades. Na sociedade muito se fala sobre a inclusão, mas são poucos os que verdadeiramente sabem o que é inclusão. A sociedade, em geral, vê a inclusão apenas como um tema, podendo ser de palestras, ou até mesmo discussões educativas, afastando-se da constituição da inclusão como uma realidade (SILVA; SILVA, 2021).

Os processos de rejeição, bem como a marginalização das pessoas “diferentes” geralmente ocorreram no plano das representações e do imaginário social. No entanto, para que sejam desenvolvidos alguns valores necessários ao ser humano, é preciso que ele aprenda a conviver e a se relacionar com pessoas diferentes, daí a importância de uma Educação Inclusiva que está sendo considerada como o caminho mais eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos. (SILVA; SILVA, 2021, p.173)

Apesar de sabermos da importância da inclusão em toda a sociedade e, na escola em particular, visto que todas as crianças passam (ou ao menos deveriam passar) por esta instituição, muitas vezes, só há o discurso de igualdade, mas não o respeito cotidiano às diferenças e a valorização destas como parte constitutiva da sociedade humana. Por razão disso, ter dirigentes e equipes preparadas para lidar com a discriminação e o preconceito é indispensável nesse processo.

No que tange à inclusão de pessoas Surdas, se compararmos a proposta de Mantoan (2003) com a de Silva et al (2014), vemos que elas são distintas. A proposta de Silva et al (2014), se comparada à de Mantoan (2003) pode ser vista como um reforço para auxiliar melhor as crianças Surdas, já que durante a escolarização não se foca muito nas necessidades educacionais delas. Por essa razão, não se sabe se verdadeiramente temos uma proposta inclusiva, já que os alunos Surdos, para conseguirem se desenvolver melhor, precisam de aulas extras. Vale ressaltar que, nesse caso, o Atendimento Educacional Especializado se destinaria aos Surdos o que, de certa forma, poderia ser compreendido como uma forma de segregação por sua condição, não proporcionando uma verdadeira inclusão no ambiente escolar.

Diante dos desafios que temos para realizar a inclusão educacional, Silva e Silva (2021) aconselha algumas medidas que podem ajudar durante esse processo, tal como:

Capacitação efetiva para os professores, para com isso, os mesmos inovarem em suas metodologias e diversifiquem suas atividades; uma reformulação da proposta pedagógica contemplando a inserção de ações voltadas para o atendimento às necessidades educacionais dos educandos que delas necessitam; a disponibilização de recursos pedagógicos; um trabalho de conscientização das famílias e da própria

comunidade escolar sobre a importância do trabalho coletivo para atender as peculiaridades desse público (SILVA; SILVA, 2021, p. 275)

Com essa formação e cuidados constantes, poderíamos viver a inclusão como um processo que permita que o ser humano compreenda o outro, possibilitando o convívio e a troca de experiências entre pessoas diferentes (MANTOAN, 2003, apud SILVA; SILVA, 2021). A inclusão é o direito de todos, direito esse que permite que o ser humano alcance um lugar em comum com o outro, lugar este que acolha a diversidade e aceite a diferença de cada um. Por isso a importância de pensar em uma educação inclusiva, em que todos possuam um espaço educativo de qualidade, com as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver (SILVA; SILVA, 2021).

Do ponto de vista da inclusão da pessoa com surdez no ensino regular, é importante salientar que o primeiro passo se refere ao reconhecimento da Língua de Sinais como um idioma com gramática, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica complexas e estruturadas, criada pela comunidade Surda, para atender às necessidades de uma pessoa com surdez, e é através dela que o sujeito estabelece suas relações socioafetivas, se desenvolve cognitivamente e se insere no mundo da cultura (QUADROS, 2004). A exclusão social do Surdo confirma que a língua ainda hoje é usada como forma de discriminação social, assim como ocorre quando há diferença entre cor, religião, nacionalidade ou perfil socioeconômico (SANTANA; BERGAMO, 2005).

Do meu ponto de vista, seria interessante se existissem políticas públicas que tornassem obrigatório o ensino de Libras durante todo o processo educacional, desde o fundamental até o ensino superior. Isso também traria mais valorização para uma língua oficial brasileira, que é desconhecida por muitas pessoas. Essa poderia se constituir numa importante estratégia para que a curto e longo prazo exista uma sociedade inclusiva onde o Surdo não seja o único a fazer de tudo para se comunicar, enquanto o ouvinte não se vê implicado neste processo.

Um segundo ponto a se destacar é que a inclusão não se resume à criação de vagas e proporcionalmente a de recursos materiais, mas demanda uma escola e uma sociedade inclusivas, em que se garanta a igualdade de oportunidades a todos/as os/as alunos/as, contando com professores comprometidos com a educação de todos/as e em constante processo de formação. Entretanto, a maioria das escolas regulares não possuem um plano didático-pedagógico de inclusão educacional, e com isso consideram pertinente apenas a inclusão de um intérprete (LACERDA, 2002).

Todos esses desafios me instigaram a realizar a pesquisa nessa área, visando contribuir para o debate e para a efetivação cotidiana de escolas públicas mais democráticas. Sabemos que temos muito a caminhar e que não há receitas para esse processo, mas sim a luta de pessoas comprometidas com uma educação pública socialmente referenciada que seja direito de todas e todos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, 1996, Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm) Acesso: 06 abr. 2022.
- BRASIL, 2002, Lei n.10.436, de 24 de abr. de 2002. **Lei Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 18 mar. 2022.
- BRASIL, 2005, Decreto n. 5.626, de 22 de dez. de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRET0%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022.19%20de%20dezembro%20de%202000](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRET0%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022.19%20de%20dezembro%20de%202000) Acesso em: 18 mar. 2022.
- BRASIL, 2010, Lei n. 12.319, de 1º de set de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112319.htm) Acesso em: 18 mar. 2022.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) Acesso em: 20 out. 2021.
- CROMACK, E. M. P. C. **Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educação: Atravessamentos e Implicações Sociais.** Psicologia: ciência e profissão, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 68-77, 2004.
- DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez.** MEC, Distrito Federal, 2007.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, p.1, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 24 jul. 2021
- DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 mar. 2022.
- FERNANDES, E.; CORREIA, C. M. C. **Bilinguismo e surdez: a evolução dos conceitos no domínio da linguagem.** FERNANDES, E. (org). Editora Mediação. Surdez e bilinguismo, Porto Alegre, cap. 1, 7º Edição. p. 6-25, 2015.
- LACERDA, C.B.F. **O Intérprete Educacional de Língua de Sinais no Ensino Fundamental: Refletindo Sobre Limites e Possibilidades.** Porto Alegre: Mediação. p.119-128, 2002.
- LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Santa Catarina. V. 10, n. esp, p. 37-45, Fev/Abr, 2007.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** 1º Edição. São Paulo. Moderna. Cotidiano escolar. p. 3-51, 2003.
- NÓBREGA, J. D. et al. **Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais.** Ciência e Saúde, Fortaleza, v.17, n.3, p. 671-679,

- nov./dez. 2012. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300013> Acesso em: 09 mar. 2022.
- QUADROS, R.M. **Gramática da Língua de Sinais Brasileira: os diferentes tipos de verbos e suas repercussões na sintaxe.** Porto Alegre. Rev. Anpol, v. 1 n. 16, p. 289-320, Jan./ Jun, 2004. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/issue/view/31> Acesso em: 08 ser. 2021.
- SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. **Cultura e identidade surdas:** encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago, 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 24 jul. 2021
- SILVA, A. C. **A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar.** FERNANDES, E. (org). Editora Mediação. Surdez e bilinguismo, Porto Alegre, Cap. 3, 1º Edição. p. 39-64, 2005.
- SILVA, C. M. et al. **Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n.2, p.261-271, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-737222245009> Acesso em: 09 mar. 2022.
- SILVA, R. N. ; SILVA, R. S. **Alinhavos sobre a educação especial na perspectiva inclusiva.** Edi. Metrics, Santo Ângelo, 345 p., 2021.
- STROBEL, K. **História da Educação de Surdos.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.